

O País muda sua filosofia no trato da dívida externa

Ronan Tito *

O governo brasileiro fez o pagamento da primeira parcela de juros atrasados da dívida externa aos credores privados. O que significa isso? De um lado, o desembolso de uma parcela importante, porém menor que o diferencial da balança comercial brasileira em um mês. Significa, de outro lado, que o Brasil mudou a sua filosofia no trato da dívida externa, o que repercutirá positivamente no seu crédito lá fora.



A primeira parcela é apenas um "token payment", ou seja, um sinal de boa vontade. Os US\$ 875,3 milhões pagos no dia 1º de julho correspondem a apenas 10% dos juros vencidos no ano passado e não pagos. É uma quantia que representa muito pouco em termos financeiros para os bancos particulares, com os quais temos um estoque da dívida da ordem de US\$ 52 bilhões. Mas os executivos dos bancos entendem com esse sinal que o Brasil está procurando inserir-se novamente no mercado financeiro internacional.

Muitos brasileiros ficaram perplexos quando, no dia 28 de março passado, o chamado G-7 (grupo que reúne os sete países mais desenvolvidos do mundo) vetou um empréstimo de US\$ 350 milhões do BID para programas brasileiros na área social. Não entenderam o veto porque o Brasil é um dos maiores sócios do BID e vem pagando seus créditos junto à agência. Em Washington me foi explicado, com a maior frieza, que o veto havia sido determinado pelos bancos particulares com os quais o Brasil se encontra inadimplente. Disseram-me que 50% ou mais dos recursos captados pelo BID e também pelo Banco Mundial são oriundos das instituições privadas; são tomados no mercado financeiro e repassados aos países do Terceiro Mundo. Ora — argumentaram —, se o Brasil está inadimplente com a banca particular, então não está apto a receber empréstimos oriundos da mesma banca.

Nós, que fomos durante muito tempo o maior tomador de empréstimos do BID, estamos com um fluxo negativo de recursos dessa agência nos últimos sete anos. No Banco Mundial, a posição é a mesma: nossos projetos voltarão a ser financiados, e o fluxo negativo de capitais poderá ser revisto, no momento em que estivermos correntes com a dívida externa.

A dívida tem-nos levado muitas vezes a um "discurso patriótico"; dizemos que já foi paga, que não devemos ou não podemos pagar. Deve ser verdade. Porém, não há como negar a dívida, dar o calote e, ao mesmo tempo, ficar inserido no mercado financeiro mundial. Pragmaticamente, o Brasil precisa entrar nas regras do mercado internacional e lutar dentro dele para obter os melhores acordos possíveis e tentar corrigir distorções que prejudicam as exportações nacionais como a sobretaxa sobre os produtos primários, os sapatos brasileiros, suco de laranja, etc.

O acordo em torno dos juros vencidos foi só um começo. Temos um longo caminho a percorrer, nas negociações do principal da dívida com os bancos privados, dos juros vencidos e do estoque da dívida com o Clube de Paris. O México mantém há onze anos uma comissão negociando sua dívida. Aliás, a mesma comissão. Precisamos dar continuidade às negociações inauguradas com o acordo dos juros vencidos, definindo com firmeza nossos parâmetros e dando segurança e estabilidade aos nossos negociadores.

O Brasil teve reduzida de 1,8 para 1% sua participação no PIB mundial nos últimos catorze anos. Chamam-se os anos 80 de "a década perdida". Se não começarmos a acertar agora os grandes entraves ao nosso crescimento, entre eles a situação marginal do País no mercado internacional, então não haverá perspectivas de dias melhores para o Brasil.

* Senador pelo PMDB-MG, relator na Comissão de Economia do Senado do acordo dos juros vencidos da dívida externa.